



BOLETIM DA  
**aepet**

ASSOCIAÇÃO DOS  
ENGENHEIROS  
DA PETROBRÁS

FEVEREIRO — 1991

**EXTRA**

# MONOPÓLIO DA PETROBRÁS

Zona Norte — Rio



Faixas em defesa da Petrobrás estão em toda cidade.

Zona Sul — Rio



## Caso "O GLOBO"

"A Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET) anunciou que vai reeditar a campanha "Petróleo é nosso" para assegurar o monopólio do precioso combustível". Desse modo, o jornal "O Globo" abria, no dia 1º de novembro de 1990, um editorial intitulado "O emprego é nosso", no qual se posicionava contra o monopólio e falava em "nababescos" salários do pessoal da Petrobrás. O editorial levou o diretor de Comunicações da AEPET, Ricardo Moura Maranhão, a enviar uma carta ao jornalista Roberto Marinho na qual criticava a posição do jornal, considerando-a "uma manifestação indelicada, para não dizer grosseira, contra os que por idealismo, sentimento nacionalista e amor à Petrobrás defendem o monopólio do Estado brasileiro na exploração do petróleo".

Apenas alguns trechos da carta foram publicados pelo O Globo, no dia 17 de novembro de 1990, mantendo o jornal o título "O emprego é nosso". No dia 22 de novembro, o jornal, em novo editorial, intitulado "Os equívocos da AEPET" criti-

cava o monopólio. O texto era aberto com a afirmativa "admitindo sempre que a AEPET esteja agindo de boa-fé torna-se difícil entender o seu desconhecimento sobre a evolução da economia do mundo atual". Nova carta a "O Globo". Desta vez assinada pelo presidente, Diomedes Cesário da Silva, que ressaltava ao final: "A AEPET espera que O Globo, em respeito ao direito de resposta, garantido pelos artigos 29 e 36 da Lei nº 5250, publique esta carta na íntegra e no mesmo local, não se justificando que o faça omitindo trechos e sem o necessário destaque". Em resposta, o Globo se negou a publicar a carta e abriu espaço para matéria. Vários contatos telefônicos foram tentados com o Diretor de Redação, Evandro Carlos de Andrade, e, sem resposta, a AEPET enviou-lhe um telex. A matéria foi feita no dia 8 de janeiro deste ano e seu título era "A AEPET defende a manutenção do monopólio de Petróleo". Dois dias depois, num curto editorial, O Globo voltava a criticar a nossa posição. O Caso Globo prossegue.

# O emprego é nosso

A ASSOCIAÇÃO dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET) anunciou que vai reeditar a campanha "Petróleo é nosso" para assegurar o monopólio do precioso combustível.

DEPOIS que a China, em 1980, mais tarde a União Soviética, Romênia, Venezuela e Argentina passaram a contar com a participação do capital estrangeiro na exploração do petróleo, ficou o Brasil praticamente isolado na política monopolista.

EVIDENTEMENTE, a falta de recursos para os dispendiosos custos de uma pesquisa e produção não só levou os dois gigantes socialistas como também os três outros países a quebrar o antigo mito e aceitar os investimentos externos.

EM nenhuma dessas nações se teve notícia de movimentos em favor da manutenção do controle estatal, muito menos patrocinados pelos próprios funcionários das corpora-

ções governamentais que perderam o odioso privilégio.

O POVO, particularmente na China e na URSS, já está suficientemente esclarecido sobre a necessidade do capital estrangeiro na exploração petrolífera, a fim de melhorar a economia interna e o padrão de vida da população.

NO Brasil, numa ingloria batalha antecipadamente perdida, os funcionários da própria Petrobrás tentam sensibilizar a opinião pública para a permanência do monopólio.

É CLARO que a entrada de capitais estrangeiros, aumentando a produção, vai expandir substancialmente o mercado de trabalho no setor petrolífero.

MAS o fim do monopólio deverá resultar no escandaloso contraste entre a remuneração de mercado e os nababescos salários e as regalias prodigamente distribuídas pela empresa estatal.

O Globo  
1-11-90

12 — novembro — 1990

Ilmo. Sr. jornalista  
Roberto Marinho

O editorial de O GLOBO, de 01.11.90, intitulado "O EMPREGO É NOSSO" até pelo título quebra a linha de equilíbrio que é de se esperar de um órgão de imprensa com a dimensão e a importância de seu jornal.

Foi uma manifestação indelicada para não dizer grosseira contra os que por idealismo, sentimento nacionalista e amor à PETROBRÁS defendem o monopólio do Estado Brasileiro na exploração do petróleo.

Jamais animou esse nosso propósito quaisquer interesses subalternos e sim a compreensão de que o monopólio é tão fundamental como absolutamente necessário e útil ao Brasil.

Estamos honestamente convencidos de que esta nossa posição traduz uma aspiração predominante, suprapartidária e acima de interesses de classes.

Preferimos responder ao editorial apenas contra-argumentando o seu texto.

O que o jornal de V.Sa. defende, em última análise, é a presença do capital estrangeiro na exploração de nosso petróleo.

Ora, até 1938, quando o código de minas reservou aos brasileiros a referida exploração, nenhuma empresa estrangeira interessou-se em investir no Brasil. Nenhuma corporação transnacional procurou descobrir petróleo em nossa terra. O capital privado nacional, por outro lado, ou não tinha condições financeiras e técnicas ou jamais quis correr o risco deste tipo de exploração.

Na verdade as grandes corporações internacionais, dispostas de quantidades de óleo suficientes para abastecer o mercado mundial, não teriam como não tiveram nenhum interesse em descobrir petróleo no Brasil. No

O GLOBO 10/11/90

## Cartas dos leitores

### ● O emprego é nosso

A propósito do editorial sob o título acima, publicado em 1º deste mês, O GLOBO recebeu longa carta do Diretor de Comunicações da Associação dos Engenheiros da Petrobrás, Sr. Ricardo Maranhão, da qual destacamos os trechos de caráter informativo.

Até 1938, quando o código de Minas reservou aos brasileiros a referida exploração, nenhuma empresa estrangeira interessou-se em investir no Brasil. Nenhuma corporação transnacional procurou descobrir petróleo em nossa terra. O capital privado nacional, por outro lado, ou não tinha condições financeiras e técnicas ou jamais quis correr o risco deste tipo de exploração. Na verdade, as grandes corporações internacionais, dispostas de quantidades de óleo suficientes para abastecer o mercado mundial, não teriam, como não tiveram, nenhum interesse em descobrir petróleo no Brasil. No fundo aspiravam a que o nosso país dependesse do fortalecimento delas. Tiveram, no entanto, afrontando a Constituição e a Lei 2004/53, uma magnífica oportunidade de demonstrar competência, descobrindo petróleo no território brasileiro. Foram, senhor jornalista, 243 contratos de risco, com as 35 maiores empresas petrolíferas do mundo que, no período de 15 anos, dispostas de 87% das áreas sedimentares brasileiras, não produziram até hoje uma gota de óleo. Ao contrário desse insucesso, num período muito menor, a Petrobrás, sozinha, mais do que quadruplicou a produção de óleo no Brasil. Estes fatos comprovam que nessa questão de petróleo o País tem de contar com os seus próprios esforços. A obra da Petrobrás é admirável e merece o

respeito de todos os brasileiros. A Petrobrás é uma escola de seriedade, luta e pertinência, a serviço do interesse nacional. Formou milhares de técnicos tão devotados como os seus trabalhadores aos objetivos da empresa, na consciência de que esses objetivos se confundem com os da Nação. Muito ao contrário do que diz o editorial, a tendência no mundo é para a estatização dos negócios do petróleo. Das 50 maiores empresas petrolíferas, 30 são estatais. Das 15 maiores, oito são estatais, controlando 93% das reservas mundiais. Quanto aos elevados investimentos estrangeiros, como argumenta o editorial, a experiência recente dos contratos de risco é bastante para mostrar que eles foram inexpressivos quando comparados com os da Petrobrás. O monopólio estatal do petróleo não é uma conquista dos empregados da Petrobrás. Resultou de um movimento das elites intelectuais, militares, políticas, econômicas e culturais do País, após uma campanha democrática que sensibilizou e mobilizou a opinião pública. Resultou de uma lei encaminhada pelo Poder Executivo, debatida amplamente por todos os partidos com representação no Congresso Nacional. Lei posteriormente consagrada nas Constituições de 1967 (artigo 162), na Emenda Número 1 de 1969 (artigo 169) e na de 05 de outubro de 1988 (artigo 177). Registra-se que a questão só não freu mais uma vez amplíssimo debate na última Constituinte, que reafirmou o monopólio por unanimidade. Por tudo isso estamos seguros de que o monopólio permanecerá para o bem do País.

Ricardo Maranhão, Diretor de Comunicações da Associação dos Engenheiros da Petrobrás, Rio

O GLOBO — 22/11/90

## Os equívocos da Aepet

ADMITINDO sempre que a Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet) esteja agindo de boa-fé, torna-se difícil entender o seu desconhecimento sobre a evolução da economia no mundo atual.

COM efeito, em carta que endereçou ao GLOBO, tentando contestar os contundentes argumentos contidos no editorial "O emprego é nosso", a Aepet exagera na repetição de clichês ultrapassados e, sobretudo, na veiculação de dados sem fundamento.

VAMOS ao ater, porém, e apenas duas questões levantadas pelo editorial em defesa do atual monopólio que tantos prejuízos tem causado ao País.

PRIMEIRAMENTE, quanto aos contratos de risco, afirma a associação que as empresas estrangeiras "no período de 15 anos, dispostas de 87% das áreas sedimentares brasileiras, não produziram até hoje uma gota de óleo".

SOBRE esse assunto, ainda na semana passada o Ministro da Infra-Estrutura, Ozires Silva, com a sua alta credencial de ex-Presidente da Petrobrás, fez grave e elucida denúncia: "A Petrobrás reservou para si os áreas mais promissoras e recomendou às empresas estrangeiras que procurassem petróleo onde potencialmente o produto não existe".

OUTRA passagem também gritante da extensa carta assegura, surpreendentemente, que "a tendência no mundo é para a estatização dos negócios do petróleo".

É DE fato pensoso se ver uma associação de funcionários de nível superior ainda a público para informar exatamente o contrário do que ocorre na atualidade, ainda mais em matéria de sua especialidade.

NA década de 80, os dois símbolos da inspiração estatal — China e União Soviética — abriram suas portas ao capital estrangeiro, começando a privatizar a exploração do petróleo.

SOB a batuta do arguto Deng Xiaoping, em 1982, foi criada a China National Off-shore Oil Corporation (CNOOC), destinada a administrar as aplicações externas na produção petrolífera do litoral.

PARA coroar a série de joint-ventures — a maior parte com participação estrangeira majoritária — organizadas para explorar imensa jazida no Sul do Mar da China, a CNOOC firmou contrato justamente com os dois gigantes do setor: Esso e Shell.

ANOS mais tarde, tocada pelos bons ventos da perestroika, foi a vez de a URSS (a maior produtora mundial) permitir a entrada de grupos privados estrangeiros para exploração de seus ricos campos petrolíferos.

DESDE 1988, vários acordos têm sido estabelecidos com firmas do exterior, a exemplo do assinado com empresários japoneses para produzir petróleo na plataforma submarina dos Ilios Sakalinas, com noruegueses para explorar as reservas de gás (as maiores do planeta) do Mar de Barentz e com franceses para atuar nas jazidas do Caspius.

OS grandes grupos das Estadas Unidas (Chevron à frente) tiveram autorização para explorar enorme área petrolífera na bacia do Mar Cáspio.

HÁ dois meses, ao receber no Kremlin os presidentes das principais empresas americanas do setor, chefiados pelo próprio Secretário de Comércio, Robert Moshbacher, Gorbachov declarou, com entusiasmo: "Nós esperamos muito de vocês".

NA Arábia Saudita (segunda produtora mundial), como se sabe, quatro das famosas "sete irmãs" (Esso, Texaco, Mobil e Chevron) integram a Aramco. E nos EUA (terceiro produtor) a total privatização já tem conhecido.

RECENTEMENTE, além da Romênia, os nossos vizinhos Argentina e Venezuela — seguindo a verdadeira tendência mundial — resolveram admitir a participação privada estrangeira na exploração de petróleo.

fundo aspiravam a que o nosso país continuasse dependente do fornecimento delas.

Tiveram, no entanto, afrontando a Constituição e a lei 2004/53, uma magnífica oportunidade de demonstrar competência, descobrindo petróleo no território brasileiro. Foram, senhor jornalista, 243 contratos de risco, com as 35 maiores empresas petrolíferas do mundo que, no período de quinze anos, dispostas de 87% das áreas sedimentares brasileiras, não produziram até hoje sequer uma gota de óleo.

Ao contrário desse insucesso, num período muito menor, a PETROBRÁS, sozinha, mais do que quadruplicou a produção de óleo no Brasil.

Estes fatos comprovam que nesta questão de petróleo o país tem de contar com os seus próprios esforços.

A obra da PETROBRÁS é admirável e merece o respeito de todos os brasileiros.

A PETROBRÁS é uma escola de seriedade, luta e pertinência, a serviço do interesse nacional. Formou milhares de técnicos tão devotados como os seus trabalhadores aos objetivos da Empresa, na consciência de que esses objetivos se confundem com os da Nação.

Muito ao contrário do que diz o editorial a tendência no mundo é para a estatização dos negócios do petróleo. Das 50 maiores empresas petrolíferas 30 são estatais. Das 15 maiores, 8 são estatais, controlando 93% das reservas mundiais.

Quanto aos elevados investimentos estrangeiros, como argumenta o editorial, a experiência recente dos contratos de risco é bastante para mostrar que eles foram inexpressivos quando comparados com os da PETROBRÁS.

O monopólio estatal do petróleo não é uma conquista dos empregados da PETROBRÁS. Resultou de um movimento das elites intelectuais, militares, políticas, econômicas e culturais do país, após uma campanha democrática que sensibilizou e mobilizou a opinião pública. Resultou de uma lei, encaminhada pelo Poder Executivo, debatida amplamente por todos os partidos com representação no Congresso Nacional. Lei posteriormente consagrada nas Constituições de 1967 (artigo 162), na emenda número 1 de 1969 (artigo 169) e na de 05 de outubro de 1988 (artigo 177). Registra-se que a questão sofreu mais uma vez, amplíssimo debate na última Constituinte que reafirmou o monopólio por quase unanimidade.

Por tudo isso estamos seguros de que o monopólio permanecerá para o bem do País.

Senhor jornalista, é pelo Brasil que nós lutamos.

Não é nobre referir-se a salários nababescos do pessoal da PETROBRÁS. É um expediente e uma exploração que não condizem com a importância de um jornal que se proclama isento e justo no empenho de contribuir para formar a opinião pública.

Os empregados da PETROBRÁS ingressam na Empresa por concurso público, têm preparo e qualificação de nível internacional. Alguns chegam a lecionar em universidades estrangeiras. A competência da Empresa, reconhecida internacionalmente, nada mais é do que o fruto da capacidade dos seus servidores. A PETROBRÁS tem o porte e a produtividade de uma empresa do primeiro mundo.

Na certeza de que V.Sa. em respeito às normas constitucionais e legais que asseguram os direitos de resposta e informação, dará a necessária acolhida à presente, publicando-a na íntegra, subscrevemo-nos,

Atenciosamente,

RICARDO MOURA DE ALBUQUERQUE MARANHÃO  
DIRETOR DE COMUNICAÇÕES  
DA ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRÁS — AEPET

# Associados também escrevem

Ao Jornal O Globo, 23 de novembro de 1990.  
Prezados senhores,

Em obediência aos direitos de resposta, conforme assim determina a nossa Constituição, bem como ao comprometimento que esse jornal tem com a verdade, solicitamos a publicação do artigo de minha autoria intitulado O Monopólio do Petróleo da União, em resposta ao Editorial "Os Equívocos da AEPET", publicado no Jornal O Globo, edição de 22/11/90.

JOSÉ CONRADO DE SOUZA."

## "O Monopólio do Petróleo da União.

Admitindo que o Globo não esteja a serviço de interesses estranhos aos objetivos do povo brasileiro. Considerando que ao citar o monopólio do petróleo como combatido não esteja pretendendo insultar o povo a desrespeitar a Constituição, passemos a analisar a citação criminosa e entreguista do sistema Globo quando, em sua edição de 22/11/90, no editorial "Os equívocos da AEPET", se refere a prejuízos que o monopólio de petróleo tem causado ao País.

O pronunciamento do Ministro da Infra-Estrutura, quando disse que a Petrobrás reservou para si as áreas mais promissoras e recomendou às empresas estrangeiras que procurassem petróleo onde potencialmente o produto não existia, é totalmente equivocado. Demonstraremos que o Globo, como sempre, tenta, com inverdades, manter o povo sem condições de perceber a realidade:

CAMPO	BACIA	CONTRATANTE	ANO DE DESCOBERTA PELA PETROBRÁS
URUCU	AMAZÔNICA	Licitação n.º 6	1986
TUBARÃO	SANTOS	PECTEN-SHELL	1988
BSS-55	SANTOS	BRITISH PETROLEUM	1989
BSS-56	SANTOS	BRITISH PETROLEUM	1990

Estas descobertas que a Petrobrás realizou, em bacias que segundo o Ministro e o Globo potencialmente não existia petróleo, são provas contundentes da capacidade dos técnicos da Empresa. Quanto às companhias estrangeiras, ao invés de as classificarmos de incompetentes por não descobrirem petróleo naquelas bacias, afirmamos categoricamente que não encontraram porque não quiseram. Para elas e para os vendilhões das riquezas nacionais não interessa a independência energética do Brasil. Para os entreguistas da Pátria é fundamental o povo despojado de suas riquezas de modo a permanecer submisso e sem vontade própria.

Quanto aos que, como o Globo, dizem que o monopólio é que dificulta a vinda do capital estrangeiro para o Brasil, vamos recordar a história. Em 1870, a indústria petrolífera mundial já movimentava milhões de dólares. No período de 1870 a 1934, nenhum investimento foi feito pelo capital estrangeiro na prospecção de petróleo. Nada impedia. Não existia o monopólio estatal do petróleo. Em 1934, as riquezas do subsolo brasileiro foram nacionalizadas. Os vendilhões da Pátria afirmavam que no Brasil não tinha petróleo. No entanto, o povo brasileiro, com a sua determinação em busca da liberdade e da auto-suficiência do País, provou que havia petróleo em abundância no subsolo nacional. Diziam que não tinhamos recursos nem a tecnologia para investir em refinarias. Porém, segundo a PIW, edição de 11/12/89, hoje possuímos um parque refinador que está entre os dez maiores do mundo.

É de fato repugnante se ver o Sistema Globo tentando, como sempre fez, confundir o povo brasileiro. O Globo faz uma série de afirmações sem citar referências. Confunde crise política e econômica com crise energética achando que para o povo, ele, o Globo, é mais do que uma referência. Queremos esclarecer que não é a Associação dos Engenheiros da Petrobrás que informa o contrário do que ocorre na atualidade, e para isso nas nossas falas citamos as fontes de referência, da qual, logicamente, jamais faria parte o Globo.

Quem diz que o mundo está se estatizando em petróleo não são, apenas, os engenheiros da Petrobrás. As revistas TIME, edição de 16/07/90 e Petroleum Intelligence Weekly, edição de 11/12/89, reconhecidas e respeitadas internacionalmente e oriundas de um país onde o predomínio da iniciativa privada é total, atestam em suas reportagens, onde foram entrevistados especialistas da indústria petrolífera, que o mundo está se estatizando na área de petróleo por motivo de segurança da soberania de cada país. E mais, afirmam que na década de 80, as empresas petrolíferas que mais cresceram foram as estatais EMI da Itália e a Petrobrás do Brasil. E passem o Globo e os vendilhões da Pátria, essas mesmas revistas afirmam que a Petrobrás, por deter o monopólio do petróleo, é a empresa petrolífera com maior potencial para crescer na década de 90. O combatido monopólio, segundo o Globo.

A década de 80 laureou a Petrobrás com uma série de conquistas importantes: Consolidação do sistema flutuante de produção — Aumento das reservas de petróleo, de forma a dar suporte ao crescimento da produção — Desenvolvimento de tecnologia para produção de petróleo em águas profundas, de forma a atingir o limite inédito de 1.000 metros de lâmina de água — Formação maciça de mão-de-obra técnica, altamente especializada, em tecnologia quase inexistente a nível mundial. No período de 1980 a 1988, à exceção da Índia, o país no qual mais cresceu a produção de petróleo foi o Brasil, com um acréscimo de 207,69%, conforme referência a seguir:

País	1980	1988	1980/88
1º URSS	12.215	12.705	+ 4,01
3º Arábia Saudita	9.990	5.255	- 47,4
5º China	2.125	2.735	+ 28,70
7º Iran	1.480	2.360	+ 59,45
9º Canadá	1.725	1.925	+ 11,59
11º Indonésia	1.575	1.365	- 13,34
13º Abu Dhabi	1.345	1.330	- 1,12
15º Noruega	525	1.150	+ 119,04
7º Líbia	1.830	1.055	- 42,35
19º Austrália*	400	635	+ 58,75
21º Brasil	195	600	+ 207,69

País	1980	1988	1980/88
2º USA	10.178	9.750	- 4,21
4º México	2.153	2.855	+ 32,60
6º Reino Unido	1.650	2.600	+ 57,57
8º Iraque	2.645	2.275	- 14,00
10º Venezuela	2.235	1.775	- 20,59
12º Nigéria	2.055	1.340	- 34,80
14º Coveite	1.430	1.315	- 8,05
16º Argélia	1.120	1.070	- 4,47
18º Egito	590	885	+ 50,00
20 Índia	190	605	+ 218,42
22º Oman	285	545	+ 91,22

NOTA: (\*) Austrália + Nova Zelândia.

FONTE: BP STATISTICAL REVIEW OF THE WORLD ENERGY.

Toda a imprensa internacional reconhece a competência da Petrobrás no domínio da tecnologia do petróleo, mas o Globo, em nome sabe-se lá do que, procura confundir o povo contestando o monopólio, a Petrobrás, os técnicos da Empresa e a Constituição. Por que?

Quer o Globo e os entreguistas queiram ou não, a Petrobrás é uma empresa vencedora e reconhecida internacionalmente como tal. E uma das causas desse sucesso é monopólio do petróleo. Se vissemos em um País onde as leis fossem respeitadas, o Jornal O Globo teria que responder por contestar publicamente a Constituição. Isto é, por insultar o povo à desordem. Queremos repetir mais uma vez que a Petrobrás descobriu petróleo em bacias onde as empresas estrangeiras foram incapazes para tal, ou não quiseram fazê-lo. Será que a Petrobrás é mais competente? O que acha o sistema Globo de comunicação?

Barbosa Lima Sobrinho, Presidente da ABI, com 93 anos de idade e ainda intrépido defensor de nossa Pátria e das nossas riquezas, costuma afirmar que no Brasil só existem dois partidos políticos: O de Tiradentes e o de Silvério dos Reis.

Seria patriótico ceder ao cartel internacional o nosso óleo e a nossa tecnologia? Seria uma operação honesta ceder às multinacionais a produção de um campo gigante cujo o retorno de capital é certo e se dá em, apenas, dois anos de produção? De que lado estaríamos nesta "joint venture", no partido de Tiradentes ou no de Silvério dos Reis?

Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1990.  
Ilmo. Sr.  
José Conrado de Souza

Em atenção à sua carta de 23 do corrente, informo que O GLOBO escolheu os seus próprios colaboradores, razão por que não será publicado o artigo oferecido por V.Sa.  
O espaço reservado à opinião de leitores é o das "cartas". Desde que redigidas em tamanho compatível, ou seja, que assegure acesso, sempre, a um número considerável de leitores, as cartas são acolhidas sem qualquer outra exigência.  
Atenciosamente,

EVANDRO CARLOS DE ANDRADE  
Diretor de Redação

"Ao Jornal O Globo. — 3/12/90  
Prezados senhores,

Com referência à sua carta de 28/11/90, gostaria de esclarecer que em momento algum pretendi ser colaborador do sistema Globo de comunicação. Não me ocorre que na carta que enviei a esse jornal, em 23/11/90, tenha transparecido tal pretensão, completamente antagônica aos meus princípios morais, uma vez que naquela oportunidade deixei claro que esse jornal não faz parte do meu arquivo de referências.

A sua resposta, apenas, confirmou o julgamento que eu fazia desse jornal. Isto é, o Globo é um jornal que age nas sombras. Quando se trata de esclarecer o público com a verdade, ele se esconde por perder o poder de argumentação, o que é profundamente deplorável.

O que pretendi em minha carta não foi colaborar com esse jornal, mas, apenas, ver a Constituição brasileira respeitada.

O Jornal do Brasil, em sua edição de 03/12/90, na página 9 do 1º caderno, com o artigo "Petróleo: O Monopólio do Brasil", começa a se engajar ao lado da verdade. Enquanto isso, o Globo...

JOSÉ CONRADO DE SOUZA."

Ao  
 Jornal O GLOBO  
 Seção Redação — Carta dos Leitores  
 Rua Irineu Marinho, 35  
 14-11-90

Estranhos discursos sobre exploração de petróleo, feitos por pessoas tidas como conhecedoras da indústria do petróleo, merecem um retorno aos fatos relativos aos contratos de risco no Brasil (1976-1988).

Em princípio, nenhuma área sedimentar é de alto ou baixo risco até que se invista para definir seu potencial. A PETROBRÁS conseguiu encontrar petróleo em 8 das 29 bacias sedimentares brasileiras; outras se tornarão produtoras e várias ainda são geologicamente desconhecidas. Na fase de contratos de risco, colocou-se em licitação 75% da área sedimentar brasileira, abrangendo, praticamente todas as bacias. Num certo momento, a PETROBRÁS detinha para si somente 25% da área prospectável do território nacional.

Estiveram à disposição das grandes companhias multinacionais (e nacionais), entre muitos outros, blocos nas bacias produtoras de Santos, Bahia Sul, Tucano, Sergipe/Alagoas, Potiguar (Terra e Mar), Ceará e do Amazonas. Todos próximos, adjacentes ou até correspondentes às áreas onde hoje a PETROBRÁS produz petróleo. Numa certa ocasião (1980-1982), ofereceram-se às grandes multinacionais os blocos de águas profundas da Bacia de Campos, onde, depois, seriam descobertos os campos gigantes de Marlim e Albacora.

Na Bacia de Santos, a PETROBRÁS acaba de descobrir jazidas com potencial superior a 400 milhões de barris em blocos de águas rasas anteriormente já contratados com respeitáveis multinacionais, as quais nada acharam. Fato aliás relativamente normal na exploração do petróleo, demonstrando o quanto é difícil avaliar o real risco de uma área.

A TEXACO abandonou e fugiu com o rabo entre as pernas da Bacia de Marajó, após gabar-se de ter encontrado uma "província" tão rica quanto o Mar do Norte, e do Presidente Sarney ter anunciado pessoalmente uma grande descoberta...

O índice de sucesso das grandes multinacionais, ao perfurar poços pioneiros em todo o mundo, é da ordem de 15% (85% dos poços resultam regularmente secos). Isto é absolutamente normal e aceito por todos aqueles que têm "competência para se estabelecer" neste ramo.

Oferecer às multinacionais áreas com risco mínimo, ou sem risco, corresponderia à concessão de blocos onde sabe-se de antemão, existir petróleo, alienando interesses sobre um valioso patrimônio que não pertence nem à PETROBRÁS, nem a este ou outro governo: é um bem inalienável da Nação e do povo brasileiro.

Outra hipótese é que esteja cogitando, de fato, em contratos nas áreas da produção, transporte, refino e comercialização, onde, à semelhança da distribuição de derivados, os riscos inerentes e intrínsecos a estas atividades são mínimos ou inexistentes. No atual contexto, as multinacionais não se aventurariam nestas áreas, enquanto o governo exercer uma política irreal de preços dos derivados no mercado interno. Ninguém trabalha para ter prejuízo (isto só é imposto à PETROBRÁS).

Que o consumidor não se iluda. Não existem mágicas. Com monopólio ou sem monopólio, com as poderosas multinacionais ou com a debilitada PETROBRÁS, com álcool ou sem álcool, o consumidor acabará tendo que pagar pelos preciosos insumos energéticos o valor real de mercado: esta é a única solução séria.

Giuseppe Bacoccoli

Jan 14, 1991, Oil & Gas Journal 47

## Petrobras role in Brazil's economy disputed

Silva says that if Brazil wants to double its crude production in a short time, it can't afford the investment required.

Petrobras Exploration and Production Director Joao Carlos de Luca says that unless Petrobras invests \$16.9 billion the next 5 years to push oil production to 1 million b/d by 1995, its oil imports will jump sharply thereafter.

Silva would like to see these investments come from risk contracts.

"The poor results attained by companies that participated in risk contracts," which lasted from 1977 to 1988 with investments of around \$1.5 billion, were due to Petrobras having granted high risk areas to foreign companies," he said.

At a meeting of Olade in early November, Silva said, "The risk contract model of that time was conceived to fail," adding that "Petrobras had reserved for itself acreage with real potential for success."

Aepet Pres. Diomedes Cesario de Silva disputed Silva's claims, citing an Aepet study.

"During the 13 years in which risk contracts were permitted, 243 agreements were signed with 35 of the largest oil companies in the world," the study said. "And more than 80% of Brazil's sedimentary basins were made available to these companies for oil exploration and production. With the exception of Pecten Brazil, an affiliate of Shell Oil Co. that found the first accumulation of hydrocarbons in the Santos Basin in 1984 and started development drilling from a pro-

duction platform installed in Merluza field—a gas/condensate discovery off Sao Paulo state, no other foreign company struck oil or gas."

Risk contracts in effect before 1988 were allowed to continue.

Petrobras is Brazil's largest company with gross annual revenues of \$16 billion and a net stockholder equity of \$8 billion.

Company sources estimate that more than 10% of Brazil's gross domestic product is directly or indirectly related to Petrobras activities.

Petrobras and subsidiaries employ 67,000 people, which translates to about 3 million indirect jobs. The Association of Petrobras Engineers (Aepet) claims that 10 million Brazilians depend directly or indirectly on the petroleum industry.

The organization also says that no other oil company in the world buys so much domestically as does Petrobras. About 2,000 suppliers of materials and equipment and 5,000 service companies depend upon Petrobras.

Ozires Silva, infrastructure minister for mines, energy, and transportation, and former Petrobras president, also has called for return of risk contracts for oil exploration and production through constitutional amendment.

"This is the only way to reduce the country's dependence on oil imports, due to Brazil's scarce financial resources, (in order to augment) Petrobras investments for increasing domestic production," Silva said.

At present Brazil produces about 670,000 b/d, equal to almost 50% of the country's consumption.

### ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRÁS

Sede: Rua Senador Dantas, 75/1801 —  
 Centro CEP: 20031 Tel: 220-4774 —  
 Telex: (21) 40167  
 CGC: 34.131.870/0001-11  
 Insc. Munic.: 428.078-00  
**DIRETORIA EXECUTIVA**  
 Diomedes Cesario da Silva  
 Presidente  
 CENPES/DIPROM  
 Tels.: Trab.: 598-6242 — 598-6226  
 Fernando Leite Siqueira  
 Vice-Presidente  
 DEPRO/DENGE  
 Tels.: Trab.: 534-2550 — 534-1175  
 Alexandre Guilherme de O. Silva  
 Diretor de Patrimônio  
 SENGE/EMPRESUL  
 Tels.: Trab.: 566-5745 — 566-5873  
 Hildebrando J.C. Gonsales  
 Vice-Diretor de Patrimônio  
 Petroquisa/Petrorio  
 Tel.: Trab.: 242-8081  
 Heitor Manoel Pereira  
 Diretor de Pessoal  
 Av. Almirante Barroso, 6 CEP: 20031  
 Tels.: Trab.: 534-1944 — 262-0871

Carlos Soligo Camerini  
 Vice-Diretor de Pessoal  
 CENPES/DIPLLOT/SEMEC  
 Tel.: Trab.: 598-6526  
 Ricardo Moura de A. Maranhão  
 Diretor de Comunicações  
 SEGEN/DIPLAC/SEPLAN  
 Tel.: Trab.: 566-3761  
 Felipe Leiter e Antunes  
 Vice-Diretor de Comunicações  
 DETRAN/DENGE/SEPRO  
 Tel.: Trab.: 534-4477 R: 4851  
 Marco Aurelio Latge  
 Diretor Cultural  
 DEPEX/SEMEPO  
 Tels.: Trab.: 534-2079  
 Marcia Amaral Estevão dos Santos  
 Vice-Diretor Cultural  
 CENPES/DIPROD/SECOPE  
 Tels.: Trab.: 598-6734 — 598-6730

**CONSELHO FISCAL**  
 Argemiro Pertence Neto  
 Membro do Conselho Fiscal  
 SERMAT/DICOMP-I/SECON-I  
 Tels.: Trab.: 534-1711 — 534-1712

Sydney Reis Santos  
 Membro do Conselho Fiscal  
 SEPROD/PESOP/SEARO  
 Tels.: Trab.: 534-2757 — 534-4804  
 Edson Luiz Megale Vale  
 Membro do Conselho Fiscal  
 DEPER/DENGE/SENAV  
 Tels.: Trab.: 534-4467 — 534-2343  
 Hildo Francisco Henz  
 Membro do Conselho Fiscal  
 DEPIN/DIREP/SECRA  
 Tel.: Trab.: 534-2063  
 Carlos Augusto D. Brandão  
 Membro do Conselho Fiscal  
 Av. Rui Barbosa, 636/1004 — CEP: 22250  
 Tels.: Trab.: 534-2256 — 534-2254  
 Tel.: Res.: 551-7967  
 Rosalinda Chedian Pimentel  
 Membro do Conselho Fiscal  
 SERPLAN/DIPLES/SECON  
 Tels.: Trab.: 534-2135 — 534-2134

Boletim da AEPET  
 Jornalista Responsável: Celeste Cintra  
 Mtb.: 12323  
 RAMA ARTES GRÁFICAS  
 Rua Evaristo da Veiga, 16/s-504  
 20031 — Centro — RJ — 262-9906

30 — novembro — 1990

Ilmo. Sr.

Jornalista Roberto Marinho

O objetivo desta é responder ao editorial de O GLOBO, de 22.11.90, intitulado "OS EQUIVOCOS DA AEPET", o qual afirma que a nossa entidade, além de repetir "chavões ultrapassados" veicula "dados sem fundamento" e "informa exatamente o contrário do que ocorre na atualidade, ainda mais em matéria de sua especialidade".

Mostraremos, facilmente, o contrário do que sustenta o editorialista.

Não tem nenhum fundamento a explicação dada pelo Ministro Ozires Silva para o total insucesso das companhias estrangeiras nos contratos de risco que, no período de 15 anos, dispo de 87% das áreas sedimentares brasileiras, não produziram, até hoje, uma gota de óleo.

É ridículo pretender passar para a opinião pública a idéia de que a PETROBRÁS ludibriou as 35 maiores empresas de petróleo do mundo, assinando com elas 243 contratos de risco, a fim de que fosse pesquisado petróleo em áreas onde "potencialmente o produto não existe".

De forma alguma essas poderosas companhias aceitariam semelhante "recomendação" da PETROBRÁS.

Afinal de contas trata-se de um contrato cujas condições foram espontaneamente aceitas pelas multinacionais após cuidadoso exame da farta documentação técnica fornecida pela PETROBRÁS.

Não houve nenhuma recomendação. Houve contratos assinados por empresas dotadas de responsabilidade.

Estamos certos de que nenhuma delas subscreveu um documento para jogar dinheiro fora e sim para ter lucro.

Tanto isto é verdade que na Bacia de Santos, justamente em região onde a BRITISH PETROLEUM e o consórcio Pecten Chevron — Marathon atuaram por mais de oito anos e nada descobriram, a PETROBRÁS, após a devolução das áreas, localizou o Campo de Tubarão, além de outras jazidas, com reservas de 400 milhões de barris de petróleo e 14 bilhões de metros cúbicos de gás.

É por demais conhecida a posição do Ministro OZIRES SILVA, favorável aos contratos de risco e ao capital estrangeiro, mesmo em setores estratégicos, nos quais devem prevalecer os interesses da Nação.

Autoridade por autoridade, nesta matéria a AEPET prefere endossar as opiniões dos ex-presidentes da PETROBRÁS General Candil da Fonseca e Ministro Hélio Beltrão e ainda do Ministro Aureliano Chaves, todos com posições claras e firmes em favor do monopólio e contra os contratos de risco.

Por outro lado, a AEPET reafirma que "a tendência no mundo é para a estatização dos negócios do petróleo". Não obstante possam ocorrer modificações em sentido contrário, num ou noutro país, isto não altera a tendência geral.

Cabe repetir aqui:

A tendência no mundo é para a estatização dos negócios do petróleo. Das 5 maiores empresas petrolíferas 30 são estatais. Das 15 maiores, 8 são estatais, controlando 93% das reservas mundiais.

E mais:

Entre as dez maiores produtoras de óleo sete são estatais e apenas 3 estão sob o controle do capital privado (EXXON, SHELL e BP).

As empresas estatais são o futuro em termos de produção de óleo porque têm reservas para um período de 50 a 200 anos enquanto as chamadas sete irmãs dispõem de apenas 8 a 14 anos para a exploração.

Aliás, uma ligeira observação: as "sete irmãs" referidas pelo O GLOBO são hoje apenas seis, desde a aquisição da GULF pela CHEVRON.

Esses dados não são da AEPET e sim da publicação especializada PETROLEUM INTELLIGENCE WEEKLY (PIW), editada nos USA.

Ainda quanto à tendência de um controle cada vez maior das empresas estatais no setor do petróleo, bastaria a O GLOBO, desejando realmente informar bem os seus leitores consultar, por exemplo, a revista norte-americana, TIME, edição de JULHO de 1990.

Também na revista FORTUNE, edição de 09.10.89, o especialista PETER HULTY, no artigo "Big Oil Faces a Big Squeeze" afirma que "as companhias petrolíferas estatais deverão crescer mais ainda do que já vêm crescendo".

O GLOBO, na defesa da abertura da indústria petrolífera brasileira aos capitais estrangeiros (aliás o objetivo básico do editorial) lembra, por exemplo, o caso da Argentina. A propósito, um exemplo adequado, por tratar-se de uma Nação vizinha. Mas, qual foi o resultado?

A Argentina, que já foi a maior produtora de petróleo da América do Sul, excluída a Venezuela, tem sua produção estagnada e perdeu aquela posição justamente para a PETROBRÁS. Este fracasso da política petrolífera argentina está documentado em trabalho de alto nível técnico elaborado por especialistas sob o patrocínio do Instituto de Economia Energética, associado à Fundação Bariloche.

A AEPET espera que O GLOBO, em respeito ao direito de resposta, garanta pelos artigos 29 a 36 da Lei nº 5250 de 09.02.67, publique esta carta na íntegra e no mesmo local, não se justificando que o faça omitindo trechos e sem o necessário destaque.

Com os cumprimentos

DIOMEDES CESÁRIO DA SILVA

PRESIDENTE

ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRÁS — AEPET

Rio, 03 de dezembro de 1990

Senhor

Diomedes Cesário da Silva

Presidente da AEPET

Associação dos Engenheiros da Petrobrás

Rua Senador Dantas, 75 — Sala 1801

Rio de Janeiro, RJ

Prezado Senhor:

O último parágrafo da sua carta de 30 de novembro último, exclui a possibilidade de publicação pelo O GLOBO pelas seguintes razões:

1 — O GLOBO não polemiza sua opinião

2 — O GLOBO não reconhece à instituição por V.S. presidida autoridade para falar pela Petrobrás que para isso conta com a sua própria diretoria.

Por outro lado, O GLOBO poderá ouvi-lo em entrevista, sobre o que pensa a Associação dos Engenheiros da Petrobrás a respeito das questões que suscita em sua carta. Se isso for do seu desejo, recomendo que procure, para marcar a entrevista, o Diretor de Redação do Globo, Evandro Carlos de Andrade.

Atenciosamente

Roberto Marinho

(Presidente)

O GLOBO — 8/1/91

## Aepet defende manutenção do monopólio de petróleo

Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet), ao defender a manutenção do monopólio de petróleo pela estatal, argumenta que, na década de 80, o País economizou US\$ 58,1 bilhões (Cr\$ 10,3 trilhões, ao câmbio comercial), quase metade da dívida externa brasileira, por conta do monopólio. Esses recursos se referem aos gastos que seriam feitos com a importação dos combustíveis, se não fossem produzidos no País, como fosse no mercado internacional, fretes e seguros. Foram comparadas as receitas anuais da década de 80 da Petrobrás com os preços do mercado spot (livre) de Rotterdam, na Holanda.

O Presidente da Aepet, Diomedes Cesário da Silva, explicou que esses dados constam de um estudo elaborado pelo Departamento Comercial

da Petrobrás. "O trabalho prova, segundo ele, que o monopólio do petróleo beneficiou o País com a economia de divisas, isso sem mencionar outros benefícios como a geração de três milhões de empregos indiretos, desenvolvimento da indústria nacional e de tecnologia de ponta.

A Petrobrás, segundo Diomedes Cesário pode ter um importante papel de recuperação da economia, compatibilizando seus investimentos com a política de combate à inflação, porque seus projetos têm elevadas taxas de rentabilidade, que os tornam atraentes para obtenção de financiamentos. Ele ressaltou que se o País não investir na produção de petróleo, não há outra saída senão aumentar as importações.

O Presidente da Aepet disse discordar das declarações do Ministro da Infra-Estrutura, Ozires Silva, de que a Petrobrás não tem recursos para atingir a meta de produção de um milhão de barris diários em 1995, e que seriam necessários investimentos estrangeiros com a volta dos contratos de risco. O Governo preclama, apenas, segundo ele, continuar com a política de recuperação dos preços, acabar com o subsídio à nafta e que as estatais pagarem suas dívidas com a Petrobrás.

O Globo-1001-91

## Sem resposta

EM defesa do monopólio estatal, o Presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet), alega a economia feita com a produção interna de petróleo e a redução na importação de combustíveis: US\$ 58,1 bilhões — quase metade da dívida externa brasileira — na década de 80. OS números são verdadeiros, mas o argumento de que a economia seria consequência do monopólio não procede. ELE deixa duas perguntas sem resposta: qual seria a produção de livre concorrência? E que méritos, nessas circunstâncias, a Petrobrás poderia alardear em termos de produtividade?

Prezado Senhor,

Em sua edição de 10 de janeiro o jornal "O GLOBO", no editorial sob o título "SEM RESPOSTA", comenta a entrevista do presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET), afirmando que a economia, na década de oitenta, de US\$ 58,1 bilhões — quase metade da dívida externa brasileira — com a produção interna de petróleo e a redução na importação de combustíveis é verdadeira. Não concorda o jornal com a declaração de que a economia seja consequência do monopólio. Conclui, dizendo que o presidente da AEPET deixa duas perguntas sem resposta: qual seria a produção nacional de petróleo em regime de livre concorrência? E que méritos, nestas circunstâncias, a PETROBRAS poderia alardear em termos de produtividade?

Começaríamos dizendo que segundo a revista especializada PETROLEUM INTELLIGENCE WEEKLY (PIW), edição de 11/12/89, a PETROBRÁS e a ENI, estatal italiana de petróleo, foram das empresas que mais cresceram na década de oitenta e, segundo os mesmos especialistas, entrevistados por esta e pela TIME de 16/07/90, a PETROBRÁS, por deter o monopólio, é a empresa petrolífera com maior potencial de crescimento na década de 90.

Quanto à colaboração das empresas estrangeiras para o aumento de produção nacional, podemos citar o exemplo recente dos contratos de risco no Brasil.

Os contratos de risco, praticados inconstitucionalmente no Brasil, de 1975 a 1988, nada acrescentaram à produção de petróleo interna. Do investimento de US\$ 1,8 bilhão, oficialmente divulgado, apenas US\$ 375 milhões foram gastos no País. US\$ 875 milhões no exterior pelas empresas estrangeiras, na aquisição de sondas, materiais de consumo e pagamento de salários em dólares e US\$ 550 milhões são da aventura da PAULIPETRO.

Enviamos, em anexo, um quadro comparativo do resultado PETROBRÁS x Empresas participantes dos contratos de risco período 1977/1989.

Estes dados foram fornecidos ao "O GLOBO", quando da entrevista da AEPET e não foram divulgados pelo jornal.

Segundo Franco Reviglio, presidente da ENI, num trabalho intitulado "Holding Estatais na Itália: uma lição com base na teoria e na experiência": "A fim de reduzir a dependência energética, os investimentos da ENI têm de ser muito maiores do que os de uma empresa privada equivalente. Calculamos que se a ENI tivesse agido como empresa petrolífera privada de igual tamanho, seus investimentos nos últimos anos teriam sido de cerca da metade daqueles realmente registrados. A política de investimentos produziu bons frutos. Recente estudo divulgado pela Petroleum Intelligence Weekly, a revista de maior autoridade da indústria petrolífera, mostrou que, nos últimos anos, a ENI alcançou o maior crescimento na média das reservas de produção. De fato, no período de 1980-88, seu crescimento cumulativo de reservas foi de quase 38%, contra os 7%, calculados por alto, das Sete Irmãs.

Para finalizar, podemos citar o exemplo de nossa vizinha, a Argentina, que iniciou um processo de desmantelamento de sua estatal de petróleo, a YPF.

A comparação entre as duas experiências é relatada num alentado estudo de autoria dos professores R.K. OZULK, Adriano Pires Rodrigues e H. PISTONESI, num trabalho conjunto de IDEE (Instituto de Economia Energética) e COPPE/UFRJ.

Após uma política que se pautou por entregar para serem exploradas por companhias multinacionais, reservas de petróleo descobertas pela YPF, portanto sem qualquer risco para as contratantes, a Argentina teve sua produção média de petróleo elevada de 6%, quando comparados os períodos 1970/73 e 1984/89 (24065 para 25591 milhares de metros cúbicos/ano), contra uma elevação de 227% (9754 para 31892 milhares de metros cúbicos/ano) da PETROBRÁS.

### ● Petróleo

Em sua edição de 10/1/91, O GLOBO, no editorial sob o título "Sem resposta", comenta a entrevista do Presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet) afirmando que a economia, na década de 80, de US\$ 58,1 bilhões — quase metade da dívida externa brasileira — com a produção interna de petróleo e a redução na importação de combustíveis é verdadeira. Não concorda o jornal com a declaração de que a economia seja consequência do monopólio. Conclui dizendo que o Presidente da Aepet deixa duas perguntas sem resposta: qual seria a produção nacional de petróleo em regime de livre concorrência e que méritos, nestas circunstâncias, a Petrobrás poderia alardear em termos de produtividade.

Começaríamos dizendo que segundo a revista especializada "Petroleum Intelligence Weekly", a Petrobrás e a ENI, estatal italiana de petróleo, foram as empresas que mais cresceram na década de 80 e, segundo os mesmos especialistas, a Petrobrás, por deter o monopólio, é a empresa petrolífera com maior potencial de crescimento na década de 90.

(...) Os contratos de risco, praticados inconstitucionalmente no Brasil de 1975 a 1988, nada acrescentaram à produção de petróleo interna. Do investimento de US\$ 1,8 bilhão oficialmente divulgado, apenas US\$ 375 milhões foram gastos no País, US\$ 875 milhões no exterior pelas empresas es-

trangeiras, na aquisição de sondas, materiais de consumo e pagamento de salários em dólares. e US\$ 550 milhões são da aventura da Paulipetro. Estes dados foram fornecidos ao GLOBO quando da entrevista da Aepet e não foram divulgados pelo jornal.

Segundo Franco Reviglio, Presidente da ENI, num trabalho intitulado "Holding estatais na Itália: uma lição com base na teoria e na experiência": "A fim de reduzir a dependência energética, os investimentos da ENI têm de ser muito maiores do que os de uma empresa privada equivalente. Calculamos que se a ENI tivesse agido como empresa petrolífera privada de igual tamanho, seus investimentos nos últimos anos teriam sido de cerca da metade daqueles realmente registrados. A política de investimentos produziu bons frutos. Recente estudo divulgado pela "Petroleum Intelligence Weekly" mostrou que, nos últimos anos, a ENI alcançou o maior crescimento na média das reservas de produção. De fato, no período 1980-88, seu crescimento cumulativo de reservas foi de quase 38%, contra os 7%, calculados por alto, das Sete Irmãs".

Para finalizar, podemos citar o exemplo de nossa vizinha Argentina, que iniciou processo de desmantelamento de sua estatal de petróleo, a YPF. (...) Após uma política que se pautou por entregar para serem exploradas por companhias multinacionais, reservas de petróleo des-

A Argentina perdeu sua posição no "ranking" mundial de produção e reservas exatamente para o Brasil, após deixar de investir, repartindo a responsabilidade com as multinacionais e companhias privadas argentinas.

Vale lembrar que a PETROBRÁS investe em território nacional 93% (noventa e três por cento) de tudo o que compra. Certamente não é o que fazem as multinacionais de petróleo, vide o caso dos contratos de risco, anteriormente citados.

Somente a nós brasileiros interessa a ampliação da capacidade tecnológica da PETROBRÁS, o desenvolvimento permanente das empresas privadas nacionais de consultoria e bens de capital e a geração de empregos e riquezas no Brasil. As empresas estrangeiras interessa o conhecimento potencial das bacias sedimentares brasileiras para explorá-las quando melhor lhes convier, "fincar o pé" no território nacional, e ir ganhando tempo buscando a participação nas etapas de produção, transporte e refino onde o retorno dos investimentos é mais rápido e objeto de menor risco.

**DIOMEDES CESÁRIO DA SILVA**  
**PRESIDENTE**  
**ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRÁS**  
**AEPET**

## Anexo

A tabela a seguir compara os resultados obtidos pela PETROBRÁS com as empresas que firmaram contratos de risco no Brasil (em 1977 se iniciou a primeira perfuração no contrato de risco). Foram 243 contratos com as 35 maiores empresas de petróleo do mundo, dispo de mais de 80% das bacias sedimentares brasileiras, em mais de 13 anos de atuação, nada produziram. Enquanto isso, a PETROBRÁS, em apenas 13 anos, mais que quadruplicou a produção de petróleo e gás natural equivalente, elevando-a de 160 mil barris/dia para mais de 680 mil barris/dia.

### Resultado da PETROBRÁS x Empresas participantes dos contratos de risco período 1977-1989

	Empresas participantes dos contratos de risco	PETROBRÁS
Investimento global (bilhões de dólares)	1,8 (1)	26,08
Investimento em exploração (bilhões de dólares)	1,7 (1)	8,36
Linhas sísmicas levantadas (KM)	165.591	906.476
Metros perfurados em exploração	480.048	5.481.721
Metros perfurados p/produção	22.265	9.192.185
Metros perfurados (total)	502.313	14.673.906
Poços exploratórios	191	2.269
Poços p/desenvolvimento da produção	14	7.501
Poços (número total)	205	9.770
Descobertas de petróleo (bilhões de barris)	0,01	3,71
Descoberta de gás (bilhões de m3)	9,18	133,46
Produção de petróleo (bilhões de barris)	—	1,74
Produção de gás (bilhões de m3)	—	50,98

1) O investimento de US\$ 1,8 bilhão é o oficial divulgado. E necessário descontar US\$ 500 milhões para a aventura da Paulipetro, e US\$ 875 milhões gastos no exterior pelas empresas estrangeiras, na aquisição de sondas, materiais de consumo e pagamento de salários em dólares. Restam US\$ 375 milhões de ingresso efetivo de capital no Brasil durante os 13 anos de trabalho.

2) Não estão computadas as reservas descobertas em águas profundas que adicionarão aproximadamente 4,3 bilhões de barris.

cobertas pela YPF, portanto sem qualquer risco para as contratantes, a Argentina teve sua produção média de petróleo elevada de 6%, quando comparados os períodos 1970/73 e 1984/89, contra uma elevação de 227% da Petrobrás.

A Argentina perdeu sua posição no ranking mundial de produção e reservas exatamente para o Brasil, após deixar de investir, repartindo a responsabilidade com as multinacionais e companhias privadas argentinas. Vale lembrar que a Petrobrás investe em território nacional 93% de tudo o que compra. Certamente não é o que fazem as multinacionais de petróleo, vide o caso dos contratos de risco.

Somente a nós brasileiros interessam a ampliação da capacidade tecnológica da Petrobrás, o desenvolvimento permanente

das empresas privadas nacionais de consultoria e bens de capital e a geração de empregos e riquezas no Brasil. As empresas estrangeiras interessam o conhecimento potencial das bacias sedimentares brasileiras para explorá-las quando melhor lhes convier, "fincar o pé" no território nacional e ir ganhando tempo buscando a participação nas etapas de produção, transporte e refino onde o retorno dos investimentos é mais rápido e objeto de menor risco.

Diomedes Cesário da Silva, Presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás, Rio